



Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Educação

Curso de Pedagogia

**A inclusão escolar e seus desafios: relato de uma experiência
significativa**

Gabriela Cristina da Silva

Natal | RN

2017

Gabriela Cristina da Silva

**A inclusão escolar e seus desafios: relato de uma experiência
significativa**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra Katiene Symone de Brito Pessoa da Silva.

Natal | RN
2017

Gabriela Cristina da Silva

**A inclusão escolar e seus desafios: relato de uma experiência
significativa**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, do Centro de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para conclusão da graduação, aprovada pela seguinte comissão avaliadora.

Prof^a. Dr^a. Katiene Symone de Brito Pessoa da Silva (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Jacyene Melo de Oliveira (Examinadora)

Prof^a. Ms. Maria Karolina de Macedo Silva (Examinadora)

Natal-RN
2017

Á Maria Vitória Silva Marques, minha
filha amada, que me compreendeu nos
momentos em que meu tempo não
poderia ser somente dela.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente á Deus, que me deu força, saúde e me acompanhou em todos os momentos.

Aos meus pais, Gabriel Geminiano da Silva e Fátima Jerônimo da Silva, que, mais do que me proporcionou uma boa educação, deram-me uma vida regada de bons momentos, formaram os fundamentos do meu caráter e é o meu porto seguro, incentivando-me e acreditando no meu potencial.

A minha irmã e amiga Débora Karina da Silva Paiva, que mesmo distante se fez presente nos momentos, mas difíceis de minha vida, me proporcionando conforto.

A meu esposo, Adriano Marques da Silva, que me compreendeu quando eu estava ausente e me deu forças para continuar, meu companheiro e amigo amoroso, a qual ouvia com paciência minhas angústias.

A minha filha Maria Vitória Silva Marques, que me proporcionou muitos momentos de alegria e, nos meus momentos difíceis, trouxe-me o riso para aliviar minha agonia.

Aos meus demais familiares que compreenderam minha ausência nos encontro da família.

A minha orientadora, Katiene Symone de Brito Pessoa da Silva, exemplo admirável de comprometimento com a educação, que caminhou comigo, incentivando-me e guiando-me.

E a todos que acreditaram em mim e me deram forças para continuar.

Siglas e abreviaturas

AEE	–	Atendimento Educacional Especializado
LDB	–	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
DI	–	Deficiência Intelectual
PCN	–	Parâmetros Curriculares Nacionais
NEE	–	Necessidades Educacionais Especiais

Resumo

Ao analisar a história da educação inclusiva no Brasil, constatamos que as pessoas que apresentavam alguma deficiência física ou intelectual eram vistas perante a sociedade, família e escola, como um ser totalmente incapaz sendo excluídos do processo educacional. A educação inclusiva trata-se de uma discussão que envolve diversas possibilidades e desafios. Essa problemática foi fundamental para motivar a realização do presente trabalho, que tem como objetivo geral de estudo analisar que desafios à escola e os seus profissionais enfrentam no processo de ensino e aprendizado de uma aluna que apresenta necessidade educacional especial "em decorrência de uma possível microcefalia". Para responder os objetivos da pesquisa foi necessário um contato, mas direto com a instituição de ensino, onde a própria pesquisadora se colocou à disposição para realizar o trabalho de auxiliar de sala. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública da rede municipal da cidade de Natal/RN, localizada na Vila de Ponta Negra. Os estudos envolvem quatro participantes sendo uma aluna com necessidades educacionais especiais, uma professora regente, a auxiliar de sala (própria pesquisadora) e a mãe da aluna. Os instrumentos utilizados para coleta dos dados foram à observação dos aspectos pedagógicos envolvidos em sala de aula e a entrevista semiestruturada. De acordo com os resultados foi constatado que a escola e seus profissionais se sentem despreparados para lidar com as diversas dificuldades apresentada pela aluna com necessidade educacional especiais, ocasionada pela falta do conhecimento teórico sobre suas necessidades.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Microcefalia. Aluna com Necessidade Especial. Família.

Abstract

In analyzing the history of inclusive education in Brazil, we found that people who presented with some physical or intellectual disability were seen inside society, family and school as a being totally incapaz excluded from the educational process. So Inclusive education is therefore a discussion that involves many possibilities and challenges. This problematic was fundamental to motivate the accomplishment of the present work, that it have a general objective of to analyze which challenges the school and its professionals face in the teaching and learning process of a she student who presents a special need "due to possible microcephaly. To answer the research objectives, it was necessary to have a direct contact with the institution, where the researcher herself was available to do the work of a The study involves four participants: a she student with special needs, a teacher, (an assistant professor and researcher) and the student's mother.n assistant professor. The research was carried out in a public school of the municipal network of the Natal city / RN, located in the village of Ponta Negra, Natal / RN. And the instruments used for to collect the results were to observation the pedagogical aspects involved in the classroom and the interview. According to the results, it was noticed that the school and its professionals feel unprepared to deal with the various difficulties presented by the student with SEN, caused by the lack of theoretical knowledge about Microcephaly.

Keywords: School inclusion. Microcephaly. Student with special need. Family.

Sumário

Introdução	9
1. Breve análise sobre a Educação Inclusiva no Brasil	12
1.1. O processo de inclusão e aprendizagem escolar	15
2. Metodologia	19
2.1. Participantes	20
2.2. Campo da pesquisa	21
3. Os desafios da inclusão: uma experiência significativa	23
3.1. Os primeiros contatos	23
3.2. Às quartas-feiras	27
3.3. A nova auxiliar	29
4. Análise e discussão da entrevista	32
Considerações finais	45
Referências	48
Apêndices	53

Introdução

Analisando o processo histórico da educação inclusiva no Brasil, entre os séculos XVII e XVIII, é notável a existência teórica e práticas de discriminação, assim, desta forma, provocando na sociedade inúmeras situações de exclusão. Nesse período, o indivíduo que apresentava alguma deficiência física ou intelectual era visto pela família, escola e sociedade como um ser totalmente incapaz de realizar qualquer atividade.

Essa profunda rejeição marcada neste período da história, ocasionou inúmeras situações, como internações de pessoas com deficiência intelectual (DI) em orfanatos, manicômios, prisões dentre outros tipos de instituições que os tratavam como doentes e anormais. Além disso, os sujeitos que apresentavam alguma deficiência eram apresentados na sociedade como: mongolóides, débeis, anormais, deformados.

Entretanto, no decorrer da história da sociedade as concepções sobre as deficiências passaram por evolução. As novas crenças, valores culturais permitiram uma visão mais humanista, possibilitando a pessoa com deficiência, entre outras, o direito a uma educação. Assim, de acordo com Fávero (2011, p. 18) “[...] a educação é um direito humano, fundamental e, portanto, deve ser colocado à disposição de todos os seres humanos”.

No século XX as lutas sociais ganharam força, alcançando níveis mundiais, os movimentos lutavam contra a discriminação, as práticas de ensino e defendia uma sociedade, mas justa e inclusiva.

Portando, a educação inclusiva trata-se de uma tarefa desafiadora, as discussões sobre o tema perpassam inúmeras preocupações, possibilidades e desafios. Essa problemática foi fundamental para motivar a realização do presente trabalho, que tem como objetivo geral de estudo analisar que desafios à escola e os seus profissionais enfrentam no processo de ensino e aprendizado de uma aluna que apresenta necessidade especial "em decorrência de uma possível microcefalia".

Os objetivos Específicos foram identificar na literatura especializada aspectos da inclusão educacional no Brasil; Conhecer o que revela saber a escola e seus profissionais sobre a inclusão; Identificar que recursos (cognitivos, didáticos e pedagógicos) mobilizam os docentes para lidar com as crianças com

necessidades educacionais especiais; Identificar quais são os desafios enfrentados em sala de aula pela professora e a auxiliar de sala com uma aluna que apresenta necessidades educacionais especiais.

Para responder os objetivos propostos, foi necessário um contato mais direto com a instituição, onde a própria pesquisadora se colocou à disposição para realizar o trabalho de uma auxiliar, uma vez que a escola passava por inúmeras dificuldades na contratação deste profissional para auxiliar a professora regente no atendimento a uma aluna que apresenta necessidades especiais.

Portanto, a pesquisa desenvolvida é do tipo participante que de acordo com Gil (2007, p. 55) “[...] caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas”. Para Severino (2007, p. 120) a pesquisa participante “É aquela em que o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades”. Além da observação sistemática, técnica indispensável no estudo, utilizou-se a entrevista semiestruturada para construção de dados complementares ao estudo.

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública da rede municipal da cidade de Natal/RN, localizada na Vila de Ponta Negra. A escolha da escola atendeu ao critério de ter aluno no ensino fundamental I, com necessidade educacional especial, com deficiência intelectual, em decorrência da Microcefalia. Embora a aluna participante do estudo ainda aguarde um diagnóstico conclusivo, por escrito, sobre a suspeita de Microcefalia, a mesma apresenta características comuns entre as pessoas com microcefalia - cabeça pequena, além de sua condição constata no registro da escola campo de pesquisa, e na Secretaria Municipal de Educação de Natal/RN, local onde tivemos acesso aos dados para seleção da escola participante. Diante do não diagnóstico da aluna, optamos por utilizar o termo necessidades educacionais especiais ao se referir à aluna que nomeamos de Sofia para preservar a identidade.

O estudo tem como participantes uma aluna com necessidades especiais, uma professora titular, a auxiliar de sala (própria pesquisadora) e a mãe da aluna. A participação da pesquisadora no estudo ocorreu pelo fato de no início do trabalho de campo, a aluna ainda não estava frequentando a sala de aula por falta deste profissional. Na ocasião, pensando na contribuição social e na importância

de uma experiência significativa para nossa formação docente, bem como pela necessidade de realização do estudo, nos colocamos a disposição da escola, campo de pesquisa, para atuar como auxiliar de sala assim garantir a participação da aluna no retorno às atividades escolares.

O trabalho realizado ocorreu de forma voluntária, onde participamos ativamente de todas as atividades realizada na escola. Durante 30 dias a pesquisadora auxiliou a professora da sala de aula com a aluna com necessidade educacional especial. Essa oportunidade nos permitiu uma visão, mas detalhada sobre o objetivo de estudo.

Este trabalho monográfico foi estruturado em quatro capítulos. O primeiro abrange uma breve análise sobre a educação inclusiva no Brasil. O segundo capítulo, traz o procedimento metodológico realizado na pesquisa. O terceiro o relato dos desafios enfrentados em sala de aula, com uma aluna com necessidades educacionais especiais. O quarto capítulo contempla a análise e discussão dos resultados obtidos. Por fim, as considerações finais abarcam algumas reflexões sobre o desenvolvimento do trabalho e as principais conclusões da pesquisa.

1. Breve análise sobre a educação inclusiva no Brasil

Analisando a história da Educação Inclusiva no Brasil, identificamos que a evolução da educação destinada às pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais ocorreu de forma distinta dos países europeus e norte-americanos (MIRANDA, 2008).

No Brasil, a educação destinada às pessoas com necessidades educacionais especiais teve início no século XIX, no período do Império, com a criação do “Instituto dos Meninos Cegos” em 1854, atual Instituto Benjamin Constant, e o “Instituto dos Surdos Mudos” em 1857, atualmente o Instituto Nacional de Educação de Surdos, ambos na cidade do Rio de Janeiro (MENDES, 2010). A criação dos institutos no Brasil ocorreu devido a experiências concretizadas na Europa e nos Estados Unidos, que foram trazidas por estudiosos brasileiros, dentre eles José Álvares de Azevedo, que em 1854 estudou na instituição dos jovens cegos de Paris.

Os institutos representaram uma conquista para o atendimento das pessoas com necessidades educacionais especiais, mas, entretanto, de acordo com Miranda (2004) as instituições ainda não atendiam toda a população representada pelos deficientes, apenas os deficientes visuais e auditivos, ocasionando desta forma uma exclusão. No que diz respeito às demais deficiências em especial os deficientes intelectuais a autora declara que “houve quase um silêncio absoluto”.

Contudo, de acordo com Miranda (2008, p. 31) “[...] os institutos se caracterizaram por ações isoladas e o atendimento se referiu mais as deficiências visuais, auditivas e, em menor quantidade, as deficiências físicas”.

Somente em 1874, criou, na Bahia, o Hospital Juliano Moreira, dando início a assistência médica aos deficientes intelectual. E, em 1887, a criação no Rio de Janeiro a “Escola México” destinado ao atendimento de pessoas com deficiência intelectual e física. Esse período da história da educação especial destaca por existir duas vertentes: a médico pedagógica e psicopedagógica (MENDES, 2010).

A médico pedagógica que caracterizava, sobretudo pelos estudos de âmbito médico para identificação de possíveis diagnósticos e também práticas de higienização, estimulando a criação de escolas em hospitais. Já a

psicopedagógica procurava uma conceituação sobre as anormalidades, utilizando diagnósticos por meio de escalas métricas de inteligência. Essa última defendia a educação dos sujeitos considerados anormais (MIRANDA, 2008).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com o aumento do desenvolvimento industrial no Brasil, e a busca pela nacionalização a vertente Psicopedagógica tornou-se influenciada pela reforma na educação sob o movimento educacional da Escola Nova, que tinha como objetivo criar escolas diferentes das práticas tradicionais de ensino. Os grupos que defendiam a Escola Nova elaboraram um documento titulado como “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, divulgado em 1932.

O referido documento tinha como pressuposto uma pedagogia de preocupação político e social, criticando o modelo tradicional de ensino que se baseava em uma educação fragmentada e desarticulada. A nova corrente pedagógica defendia a reconstrução do modelo educacional, onde dava a oportunidade educacional a todos. Nesse sentido o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1984) declara o seguinte:

[...] a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação são outros tantos princípios em que assenta a escola unificada e que decorrem tanto da subordinação à finalidade biológica da educação de todos os fins particulares e parciais (de classe, grupos ou crenças), como do reconhecimento do direito biológico que cada ser humano tem à educação (MANIFESTO DOS PIONEIROS..., 1984, p. 413).

Com as reformas educacionais brasileiras de 1920, influenciados pelas ideias da Escola Nova vários professores na área da psicologia foram trazidos da Europa a fim de oferecer cursos aos educandos do Brasil. Em 1929 chega a Minas Gerais a psicóloga russa Helena Antipoff, responsável pela fundação da sociedade Pestalozzi de Minas Gerais que atendia pessoas com deficiência. A psicóloga foi responsável também pela formação de vários professores no atendimento destinado a pessoas com deficiência (MIRANDA, 2008).

Além dessas iniciativas, Helena Antipoff participou ativamente do movimento que culminou na implantação da Associação de pais e amigos dos Excepcionais, em 1954. Entretanto apesar das reformas educacionais trazidas pelas ideias de Escola Nova, o modelo contribui para exclusão desses indivíduos considerados diferentes nas escolas regulares, aumentando o número

significativo de instituições especiais.

Somente em 1957, o atendimento educacional destinado às pessoas com deficiência foi assumido pelo governo Federal em âmbito Nacional com a criação de campanhas voltadas para a educação de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. As campanhas tinham como finalidade promover medidas para a educação, reabilitação e assistência educacional para os indivíduos com deficiência auditiva, visual e intelectual (MIRANDA, 2008).

Em 11 de agosto de 1971, promulgou-se a Lei nº 5.692/1971, que estabelece as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus (BRASIL, 1971). O art. 9 da lei determina que:

[...] os alunos que apresentam deficiências físicas e mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos Conselhos de Educação (BRASIL, 1971).

Diante desse longo processo histórico de busca de reconhecimento da pessoa com Necessidades Educacionais Especiais, sobretudo somente nos anos de 1980, que os movimentos de lutas pelos direitos das pessoas com deficiência, a partir do fortalecimento de suas forças, em 1981, foi instituído o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”.

Em 1988, com a criação da Constituição Federal, no que trata da educação, o artigo 208 estabelece o direito de todos a educação, garantindo atendimento educacional às pessoas com necessidades educacionais especiais.

Na década de 1990, de acordo com Miranda (2008) para promover questões que ainda não estavam efetivadas na prática, na Constituição Federal no que se refere à Educação foi publicado em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394 – (BRASIL, 1996) que garante as crianças de zero a seis anos o direito à educação especial; melhora na qualidade do serviço dos atendimentos educacionais e a necessidade de preparação para os professores, além de disponibilidades de recursos adequados para atender as necessidades desses alunos.

Verificamos que as lutas sociais e, sobretudo, o avanço da Constituição e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), foi bastante importante para garantir uma escola de qualidade, atendendo as necessidades

educacionais dos seus alunos. Embora ainda se perceba a necessidade de maior investimento na estrutura, nos recursos, na formação, não podemos desconsiderar que os avanços dos dias atuais, foram produzidos pela Constituição de 1988 e pela LDBEN.

Nesse sentido, para haver mudanças significativas nas práticas pedagógicas nos ambientes escolares, é necessário refletir sobre os conceitos de integração e inclusão desses alunos com necessidade educacional especial.

O conceito de integração discutido pelos estudiosos e pesquisadores da área da Educação Especial é visto como um conceito ultrapassado, já que essa modalidade exclui os alunos com deficiências graves das escolas regulares de ensino. Conforme Miranda (2008) o princípio de integração construía um ambiente escolar individualista desconsiderando as práticas sociais e culturais de cada aluno. Embora esse conceito desconsiderasse algumas particularidades dos alunos com deficiência é notória a contribuição dessa modalidade como um esforço de inserir as pessoas que apresentava alguma deficiência na sociedade.

Já o modelo de inclusão discutido por volta de 1990, favorece a construção de um ambiente escolar regular que reconhece os alunos com deficiência como um sujeito de direitos, respeitando suas dificuldades.

Portanto, a escola inclusiva é aquela que favorece aos seus alunos deficientes ou não, oportunidades necessárias para o desenvolvimento de suas potencialidades promovendo o aprendizado significativo.

Conforme Anção (2008, p. 83) “[...] a educação inclusiva é acima de tudo, uma proposta que surge mudanças na concepção de ensino na prática e das pedagógicas realizadas na escola, visando o benefício acadêmico de todos”.

1.1. O processo de inclusão e aprendizagem escolar

A educação inclusiva no contexto escolar vem sendo desenvolvida claramente, no sentido da inserção do aluno com Necessidade Educacional Especial na escola. (RAIÇA, 2006), “A educação inclusiva não é apenas um modismo, ela é um movimento mundial com fundamentos sólidos em princípios elementares de direitos humanos”. A Declaração de Salamanca concretiza e estabelece os direitos das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, dentre elas aquelas que apresentam deficiência intelectual no contexto escolar.

A Declaração de Salamanca de 1994 reuniu mais de 300 participantes, representando 88 governos e 25 organizações internacionais, a fim de promover uma política necessária para promover uma educação inclusiva capacitando as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm Microcefalia.

Segundo seus objetivos, a Declaração de Salamanca (1994) declara “[...] o objetivo de conseguir ‘escolas para todos’ – instituições que incluam todas as pessoas aceitem as diferenças, apoiem a aprendizagem e respondam as necessidades individuais”.

Deste modo, é papel da escola ajusta-se a todos os alunos independentemente de suas condições físicas, sociais, étnicas e religiosas aceitando as diversidades, promovendo aprendizado e uma educação de qualidade a todos.

Para a concretização de uma educação de qualidade a todos é necessário, entre outros aspectos, que a gestão da escola venha se desenvolver de forma flexível garantindo estratégias de ensino eficazes para os alunos com Necessidade Educacional Especial, além de realizar um trabalho participativo com os professores e toda a comunidade.

Ainda neste contexto, é perceptível que o sucesso da educação ainda se encontra como um desafio a ser enfrentado pelas escolas hoje. Em respostas a essas dificuldades, Raiça (2006, p. 36) nos coloca que “O maior problema é que a escola teme encontrada dificuldade para se modificar e se ajustar as novas demandas advindas não só de crianças com deficiência mental, como de inúmeras outras que não se enquadram nas expectativas delineadas no universo escolar”.

Assim desta forma, vale ressaltar também as dificuldades encontradas pelos professores, para planejar uma metodologia adequada às necessidades dos alunos com necessidade educacional especial, auxiliar para acompanhar o aluno, e dentre outras restrições, que também condizem ao desafio não só do docente, como também da escola. E encontrar meios que busquem contribuir para que as problemáticas encontradas pelo professor sejam minimizadas, e que suas práticas possam atender os novos desafios do ambiente escolar.

Nesse sentido é importante destacar que segundo Raiça (2006), a inclusão dos alunos com alguma necessidade educacional especial na rede

regular de ensino, tem sido alvo de grande resistência por parte dos professores, que permanecem ligados aos objetivos tradicionais da escola, tendo dificuldade em grande parte com os alunos que possuem alguma deficiência, em especial com deficiência intelectual, talvez em razão das diversas dificuldades de aprendizado que os alunos podem apresentar, ou ainda, pela crença de que a pessoa com deficiência intelectual apresenta comportamentos agressivos. Infelizmente essa ideia leva alguns profissionais com ideias tradicionais a compreenderem que a inclusão deve está somente no âmbito social e não no pedagógico.

De acordo com Raiça (2006),

Como qualquer outro indivíduo a criança com deficiência possui personalidade própria, isto é, cada uma tem características que lhe são únicas. É claro que há aquelas que demonstram maior dificuldade de compreender as regras sociais, e necessitam de maior apoio para se ajusta aos diversos parâmetros vigentes em ambientes diversificados. Se há crianças agressivas, há também aquelas dóceis e sociáveis, capazes de estabelecer vínculos satisfatórios com o grupo, e é papel da escola e do professor auxiliá-las no estabelecimento desses vínculos (RAIÇA, 2006, p. 37).

Assim para haver mudanças nas práticas tradicionais de ensino que promova uma educação inclusiva é necessário que a escola como um todo reveja suas concepções de educação, na transformação de uma educação tradicional para uma inclusiva que atenda às necessidades dos alunos, valendo ressaltar que estas, sejam válidas para todos independentes de ter não alguma necessidade. A prática do professor deve está centralizada no aprendizado significativo e não na deficiência, ou apenas no ensino e no cumprimento dos conteúdos a ser passado.

Ainda de acordo com Raiça (2006) a prática de ensino tradicional está apenas voltada para uma proposta, mas estática, rígida e excludente enquanto a prática de ensino inclusiva se molda as particularidades de cada aluno com uma proposta pedagógica, mas flexível, dinâmica que possibilita a construção de pensamento crítico.

Para se obter o sucesso da prática inclusiva deve-se partir de todos e principalmente entre os colegas de sala. O contato com os diversos grupos de escola possibilita a pessoa com deficiência um maior contato com os diversos comportamentos contribuindo de forma positiva no seu próprio comportamento.

Assim declara Piaget em seus estudos, que a interação social é fundamental para o processo de aprendizado do indivíduo. Isso só comprova ainda mais, a importância, de uma prática pedagógica voltada para o sucesso do aprendizado dos alunos, através da convivência entre todos da sala.

De conformidade com Raiça (2006. p. 54) "[...] o contato com a diversidade dos pares, paradigma da educação inclusiva, beneficiara a todos os alunos da classe, pois obterão ganho no desenvolvimento cognitivo, psicossocial e afetivo [...]".

Por fim, a escola inclusiva é de fato um espaço importante para a construção e desenvolvimento de qualquer aluno, independentemente de suas dificuldades ou limitações. O contato com os diversos sujeitos também contribui de forma positiva para o desenvolvimento de todos os alunos, facilitando o aprendizado. Mas, sobretudo é importante ressaltar que não basta apenas matricular e acolher esse aluno com deficiência é necessário que a escola ofereça de fato condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimentos de suas potencialidades.

2. Metodologia

De acordo com Gerhardt e Souza (2009, p. 11) a metodologia científica é, sobretudo: “[...] o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas”.

Para a realização do presente estudo utilizou-se a pesquisa participante por envolver o próprio pesquisador no processo de observação das ações dos sujeitos participantes da pesquisa e as situações vividas. Essa metodologia possibilitou o registro descritivo dos aspectos observados, além de análises e considerações em relação a própria participação (SEVERINO, 2007).

Durante o desenvolvimento do estudo foram realizados 30 dias de observação de atividades na escola, em sala de aula e demais atividades envolvendo a aluna com necessidades educacionais especiais. Para fundamentação teórica e análise dos dados foram utilizados os seguintes autores: Raiça (2006), Anção (2008), Miranda (2008), Mendes (2010).

A revisão bibliográfica é primordial para uma melhor compreensão teórica e científica sobre o tema pesquisado. Assim, conforme afirma Gil (2007, p. 44) “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

No segundo momento foi necessária à autorização da escola para a realização do estudo, essa autorização ocorreu através de um ofício encaminhado pela professora orientadora do trabalho a gestora da instituição escolar. Na ocasião a diretora da escola se mostrou receptível e aceitou a realização da pesquisa.

Para a realização do estudo os instrumentos utilizados foram, a entrevista com a professora, a gestora da instituição e a família da aluna, que na ocasião foi a mãe. Conforme Richardson (1999, p. 207) “[...] a entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas”.

E o contato direto com a aluna. Esse contato direto como foi mencionado na introdução do trabalho, ocorreu de forma voluntária, onde fiquei realizando o trabalho de uma auxiliar de sala, durante 30 dias.

A proposta da realização do trabalho voluntário ocorreu pela própria

escola, já que a aluna com necessidade especial já não frequentava as aulas, devido à falta de um profissional que pudesse auxiliar a professora titular em sua sala de aula. Pensando na dificuldade de encontrar uma nova escola para a construção do trabalho me coloquei a disposição.

A análise dos dados obtidos nas observações, registrados no diário de campo, e nas entrevistas realizadas com os participantes, foram analisados com base nos referenciais teóricos utilizados.

2.1. *Os participantes*

A pesquisa envolveu a participação de uma aluna, no qual chamamos de Sofia, nome fictício para preservar a identidade da aluna, uma professora titular, a gestora da escola, a família e a pesquisadora que atuou como auxiliar de sala de forma voluntária.

A aluna Sofia tem 8 anos de idade, matriculada no 1º ano B, no turno matutino. A Sofia ainda não possui um diagnóstico definitivo por escrito. O que se pode constatar, conforme registros da Secretaria Municipal de Educação de Natal/RN, e registros da instituição de ensino, a aluna apresenta uma possível Microcefalia. Na escola não existe a formalização desse diagnóstico, mas as características físicas apresentadas pela aluna e a afirmação da escola fizeram a instituição registrar a aluna como pessoa com deficiência intelectual decorrente de Microcefalia.

Para fins do nosso estudo, embora fosse um desejo inicial discutir sobre a deficiência intelectual decorrente da Microcefalia e os desafios no contexto escolar, considerando o crescente número de pessoas nascidas com essa condição neurológica, optamos por realizar o estudo com a referida aluna.

Embora a aluna não apresente diagnóstico da microcefalia ou deficiência intelectual, a mesma apresenta várias necessidades especiais que desafiam a escola a cada momento.

Sofia apresenta cardiopatia e uma má formação em seu palato que impossibilita sua alimentação por via oral e sua comunicação verbal. Por essa razão a aluna desde seus nove meses de vida se alimenta apenas por meio de uma sonda localizada em sua barriga.

A professora titular da sala em que Sofia estuda tem 41 anos. Está a 24

anos em sala de aula, sendo 12 anos na rede municipal de ensino e 12 anos de escola privada. Sua formação inicial é em Pedagogia, uma segunda graduação em Letras e fez curso de psicanálise. Apresenta especialização em formação de professores para o ensino superior, formação de professores para o Ensino a Distância e Psicopedagogia, e Mestrado em Educação, com dissertação sobre a temática Formação de professores. Além de atuar como docente na sala de 1º ano, do turno matutino ainda atua como professora de inglês em turmas do 6º ao 9º da rede municipal de Natal/RN.

A gestora da escola tem 54 anos de idade, tem formação em Pedagogia. Possui 33 anos de trabalho pedagógico, atuando na rede do Estado e do Município de Natal/RN.

A família de Sofia, no estudo representada por sua mãe, tem 35 anos de idade, é dona de casa e trabalha, alguns dias na semana, como vendedora a domicílio.

2.2. O campo de Pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola Municipal de Natal/RN, localizada na Vila de Ponta Negra. Atualmente sua estrutura física apresenta: 10 salas de aula, 1 sala de Recurso Multifuncional, 1 biblioteca, 1 sala para os professores, 1 cozinha, 1 coordenação, 5 banheiros, sendo 2 destinados para os alunos, 1 para uso dos demais profissionais, e 2 banheiros localizados na Quadra de Esportes. A escola também possui uma grande Quadra de Esportes destinada às atividades de educação física.

A instituição funciona no turno Matutino com as turmas do 1º ano ao 5º ano, e no turno Vespertino do 5º ano ao 9º ano, e no turno Noturno funcionam as turmas da EJA.

Em relação à formação dos professores, segundo informações da gestora da escola, a instituição tem em seu quadro de professores, profissionais com graduação, especialistas, mestres e doutor.

No que diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), a escola possui duas professoras que atende um em cada turno, matutino e vespertino. Segundo relato da gestora, e também de uma das professoras da sala de Recursos Multifuncionais, a escola também recebe alunos de outras

Instituições.

3. Os desafios da inclusão: uma experiência significativa

Para análise dos dados, selecionamos três aspectos observados que consideramos relevantes para analisar as dificuldades enfrentadas e os desafios produzidos no trabalho pedagógico desenvolvido com a aluna com necessidade especial.

3.1. Os primeiros contatos

A chegada à turma de 1º ano ocorreu de forma calorosa e respeitosa, pelos alunos e profissionais. Inicialmente as apresentações ocorreram por meio de uma roda em conversa, neste momento a professora apresentou-me dizendo que eu iria ficar responsável por Sofia durante algum tempo naquela escola. A socialização se entendeu por alguns minutos, já que as crianças estavam muito curiosas em saber sobre essa nova integrante da turma. Até então a aluna Sofia não frequentava a escola por falta do profissional de apoio.

Analisamos que essa socialização foi muito importante para estabelecer algumas experiências e vínculos, além de possibilitar uma visão ampla sobre as características de cada aluna daquela sala. Conforme Kruppa (1994, p. 23) “a socialização é um processo em construção, cujos agentes são o ser humano e o grupo social que o acerca”.

Durante a socialização, a aluna Sofia chegou à sala de aula, trazida pela mãe. Na ocasião, Sofia chegou sorrindo para todos e foi recebida com muitas expressões de carinho - abraços e beijos. Percebemos que as crianças se mostravam carinhosa e feliz pelo fato dela está voltando à escola. Nesse contato inicial dos alunos com Sofia, percebemos que ela era acolhida pela turma e também pela professora.

Segundo relatos da própria professora titular, ela no começo do ano já havia conversado com a turma sobre as dificuldades de Sofia.

Conforme Silva e Galuch (2009) muitos estudos realizados na área da Educação Especial defendem a importância de um ambiente escolar acolhedor e, sobretudo a relevância de uma sala de aula onde os alunos com Necessidades Educacionais Especiais interajam significativamente com os demais alunos, esse contato direto com a diversidade promove o desenvolvimento de todos os alunos envolvidos.

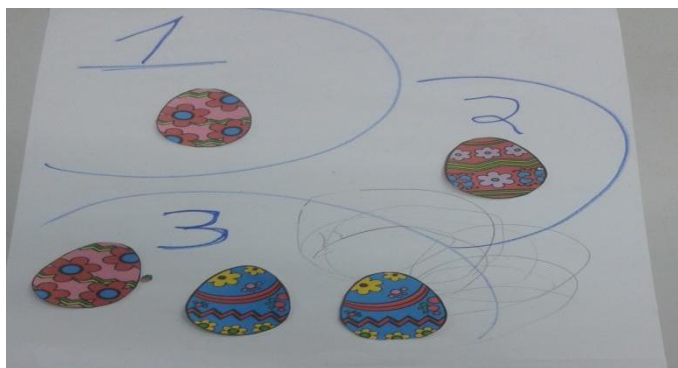
Posteriormente, após a roda de conversa a professora trouxe um livro de historinhas para ser contada para todas as crianças. Ela inicia a contagem da História questionando as crianças sobre o título, obra e autor, em seguida fez a leitura. Durante a contagem da história, Sofia ficou o tempo todo no meio da roda, tentando interagir com as demais crianças. Percebi que a forma dela interagir era pegando na mão dos colegas de sala, puxando para outros locais da sala, em algumas vezes ela se levanta corria por toda a sala, pegava os materiais dos alunos e jogava no chão.

Em seguida a professora iniciou atividade envolvendo o ensino de matemática para as crianças responderem. Sofia, durante todo o processo de atividade, se mostrava com muitas dificuldades em concentração.

Após a explicação da professora para os demais alunos, realizamos uma atividade com Sofia envolvendo o Numeral. Em uma folha de papel ofício mostramos os números de 1 a 3 e, três figuras representadas por Ovos da páscoa. O objetivo dessa atividade era permitir por meio de um objeto representado por figuras, que ela compreendesse a noção de quantidade.

Imagem 1

Atividade sobre Numeral



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

No decorrer da atividade Sofia não se mostrou interessada na realização do exercício. Preferindo uma folha em branco para rabiscar. Observando a Figura 2 é perceptível que a criança consegue segurar o lápis, porém a escrita permanece em suas fases iniciais de desenvolvimento.

Imagem 2

Desenho Livre



Fonte | Arquivo pessoal da autora.

A criança em todo o momento permaneceu de costas para a professora titular, e em alguns momentos preferiu ficar distante andando por toda a sala. O desafio naquele dia específico era possibilitar a Sofia uma participação nas atividades realizadas em sala. Em conversa com a professora ela acredita que essa dificuldade apresentada pela criança era em razão da falta do convívio escolar, já que Sofia com oito anos de idade nunca havia frequentado uma escola. Durante toda a aula, Sofia permaneceu rabiscando a folha, e andando por toda sala.

Analisando esse primeiro momento com Sofia, refletimos sobre nosso processo de formação inicial, como futura profissional da educação logo chegou à conclusão que as diversas disciplinas obrigatórias que encontramos em nossa grade curricular não nos permitem lidar com essas situações no dia a dia escolar.

Na Universidade conhecemos diversos teóricos, debatemos vários assuntos, dentre eles: a importância de uma escola inclusiva; o direito a escolarização sem preconceitos ou discriminação, o papel do professor inovador, entre outros. No entanto, é no decorrer da prática e vivência que nos deparamos com situações nunca faladas. Por essa razão é de fundamental importância à necessidade de preparação adequada aos professores. Nesse sentido, a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) declara como fator primordial, em seu art 38. “Preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas”.

Nesse sentido, a experiência inicial mostrou como um primeiro desafio,

que é lidar sem o conhecimento teórico e prático com as dificuldades e particularidades de uma aluna com necessidade educacional especial.

Além dos aspectos relatados, fomos informadas pela mãe da aluna que Sofia se alimentava por meio de uma sonda localizada na barriga. A sonda gástrica é um tubo que se introduz no estômago através do abdômen.

Esse tratamento é administrado em pessoas com dificuldade para se alimentarem sozinhas, que pode resultar de uma deformidade na boca ou no esôfago ou dificuldade para tragar ou manter o alimento no estômago. Também se destina a pessoas que podem ingerir alimentos e líquidos pela boca, mas não em quantidade suficiente para sua necessidade nutricional. A sonda gástrica também pode ser utilizada para administrar medicamentos.

Mais uma vez a nossa formação se depara com situações nunca vistas, pois na formação docente não existe o aperfeiçoamento de práticas da área da saúde. Por essa razão, em inúmeras vezes precisei de ajuda de gestora da escola, pois não estava preparada para a realização dessa técnica.

Diante dos desafios enfrentados e as necessidades básica apresentadas por Sofia, os profissionais da escola, sinalizam que a aluna precisa de um profissional da área da saúde que possa auxiliar em ações que fogem ao aspecto pedagógico, como o manuseio com a sonda.

Desta maneira, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, assegura o educando com deficiência a assistência de cuidador nas escolas.

No art. 58 passa a vigorar a seguinte redação:

§ 4º Ao educando com deficiência será assegurada a assistência de cuidador, nos estabelecimentos de ensino públicos ou privados, quando necessário para promover seu atendimento educacional na rede regular de ensino.

§ 5º A ocupação de cuidador escolar caracteriza-se pelo serviço de auxílio prestado, no âmbito de instituição de ensino, a educandos com deficiência, considerada assim qualquer limitação, ainda que temporária, que os impeça de realizar tarefas básicas da vida diária.

§ 6º O cuidador escolar deverá ter como formação mínima curso técnico de nível médio em enfermagem ou em cuidados.

§ 7º O piso salarial dos cuidadores escolares é fixado em setenta por cento do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, para a jornada de quarenta horas semanais (BRASIL, 1996).

Ainda de acordo com as diretrizes, os professores não possuem condições de trabalho que lhe possibilite exercer a função de cuidador. Assim, para promover de fato a inclusão dessas pessoas na rede escolar, é necessária a disponibilidade de um profissional, e em alguns casos formação na área da saúde, que possa auxiliar nas práticas de atividades da vida diária, tais como: locomoção, higienização, alimentação ou comunicação.

No caso da aluna Sofia, se observa a necessidade deste profissional para auxiliar, especialmente, no momento do lanche, visto que a aluna não consegue realizar sua alimentação de forma autônoma e independente.

3.2. Às quartas-feiras

Às quartas-feiras, a professora titular da sala se ausenta para atividades de planejamento e de formação continuada. Neste dia, os alunos têm aula de outros professores, como artes.

Durante o período de observação, registramos que a professora de artes direcionava as suas atividades exclusivamente para os demais alunos. Embora se utilize de diversas ferramentas pedagógicas para realização de suas atividades, tais como: rádio, instrumentos musicais, livros infantis. É notório que o seu planejamento não se molda as necessidades da aluna Sofia. Fato que poderia estar relacionado a própria ausência da aluna por tanto tempo devido a falta do profissional de apoio.

Entretanto destacamos que, para um bom sucesso de uma prática inclusiva, é necessário que o professor centralize suas atividades pensando no aprendizado de cada aluno. É importante também que o educador realize um planejamento dinâmico, flexível de igualdade e oportunidades a todos (RAIÇA, 2006).

A prática da professora, naquele momento, não levava em consideração a presença de Sofia, deixando-a a margem do processo educacional, levando-nos a interpretar que as possibilidades de aprendizagem não eram possíveis para a aluna. Ao mesmo tempo, a professora demonstrava um comportamento impaciente e distante. Tal comportamento nos faz refletir sobre a própria angústia da professora sobre não conseguir atender as necessidades educacionais especiais da aluna Sofia.

De acordo com Vasconcellos e Mattos (2009) a interação entre o professor e o aluno é uma importante ferramenta para o desenvolvimento e inclusão dessa criança na escola. Pois essa interação possibilita o professor uma melhor compreensão das dificuldades e limitações de cada aluno.

A organização da sala durante as aulas das quartas feiras, também desconsiderava as necessidades física de Sofia. As cadeiras eram enfileiradas baseado no modelo tradicional de ensino, dificultando o trabalho da auxiliar/pesquisadora. Em algumas situações, pelo espaço apertado entre as cadeiras, a aluna chegava a se machucar.

Nesse contexto, é necessário que o professor ajuste a organização da sala de aula, mudando a disposição física dos mobiliários, tais como: cadeiras, mesas, armários de forma que facilite o acesso por toda a sala, podendo se locomover livremente sem o perigo de acidentes.

Para uma prática docente, baseada nos princípios da inclusão, é necessário que o professor se adapte às necessidades de cada aluno reconhecendo a criança como um sujeito de direito e que merece atenção e respeito. Segundo Mantoan (2011) para concretização de uma escola de qualidade é necessário que o professor construa um espaço educativo de valores, ensinando as crianças a valorizar a diferença.

Essa escola de qualidade e de construção de valores, citado pela autora é de fato um desafio para a escola e seus profissionais. Enquanto integrante, temporariamente, daquela instituição de ensino, vivenciamos muitas situações que dificultavam a construção de uma escola para todos.

Ainda às quartas feiras, os alunos tinham aula de Educação Física, administrada por uma professora concursada da área. Durante as observações era notório que as aulas da professora não havia um planejamento prévio que possibilitasse aos alunos uma atividade dinâmica e lúdica além de um conhecimento prático e conceitual. Aspectos relacionados aos alunos em geral, não apenas em relação à aluna Sofia.

Diante dessa problemática é importante destacar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de Educação Física, que destacamos alguns de seus objetivos:

- ✓ Participar de diferentes atividades corporais, procurando adotar uma atitude cooperativa e solidária, sem discriminar os

colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais;

✓ Conhecer algumas de suas possibilidades e limitações corporais de forma a poder estabelecer algumas metas pessoais (qualitativas e quantitativas);

✓ Conhecer, valorizar, apreciar e desfrutar de algumas das diferentes manifestações de cultura corporal presentes no cotidiano;

✓ Organizar autonomamente alguns jogos, brincadeiras ou outras atividades corporais simples (BRASIL, 1997, p. 47).

Ao analisar as aulas de educação física percebemos que a falta de um planejamento dinâmico e atento às necessidades dos alunos era reflexo de uma possível desmotivação, que era refletida na sua prática que se resumia em momentos de atividades livres, ora sem sentido ou objetivo. Os alunos sem ter o que fazer buscava suas próprias brincadeiras e diversão, impossibilitando um trabalho significativo de interação entre os alunos e a aluna Sofia, que por sua vez ficava excluída das alunas de educação física.

Nesse sentido, as aulas de Educação Física, assim como as demais aulas que compõem a grade curricular, tem um papel importante para a estimulação motora e cognitiva dos alunos, independente de condição, além de possibilitar um contato com os diversos sujeitos, construindo desta maneira um espaço de interação.

Conforme afirma Lemos (2003 apud GORGATTI, 2005, p. 32), "[...] a prática de esporte e atividades físicas proporciona ao indivíduo com deficiência a oportunidade de vivenciar seu corpo diferenciado, colocando-o em uma condição de igualdade com os demais".

Sendo assim, a mudança do currículo e a adaptação das atividades, envolvendo uma abordagem em equipe, na qual professor e alunos possam junto construir um espaço de parceria e aprendizagem.

3.3. A nova auxiliar

Na última semana como auxiliar/pesquisadora voluntária na escola, auxiliando a professora com a aluna Sofia, teve a oportunidade de conhecer a nova auxiliar¹ contratada pela Secretaria Municipal de Educação, e encaminhada

¹ Para preservar a identidade da profissional, optamos por identificá-la como a Nova Auxiliar.

à escola campo de pesquisa. A nova estagiária é aluna do 3º período, do Curso de Pedagogia de uma universidade privada de Natal/RN, relatou que se sentia extremamente despreparada para lidar com as dificuldades de Sofia.

Nesse sentido, evidenciamos a necessidade de uma capacitação também para os auxiliares de sala, recebendo orientações frente às dificuldades apresentadas pelos alunos com NEE, e podendo também em conjunto com a escola, construir um currículo flexível atendendo as particularidades de cada aluno.

Em conversas durante os intervalos, a nova auxiliar de sala afirmou não ter nenhuma afinidade com crianças, e que a motivação da escolha do curso se deu em razão da oferta de trabalho. Nessas conversas informais, falamos sobre o trabalho desenvolvido pela escola, os profissionais e a aluna Sofia.

Ao falarmos sobre a aluna Sofia, a nova auxiliar de sala revelou que não acredita nas potencialidades da aluna com deficiência, já que aquele ambiente escolar não seria um lugar adequado para ela. Que a criança só conseguiria aprender alguma coisa se estivesse com outras crianças com deficiência, em outras escolas específicas para ela.

Pensando no perfil dos auxiliares de sala contratados, e sua atuação em uma escola regular com alunos que apresentem NEE, espera-se que o profissional realmente possa auxiliar a professora titular no atendimento as necessidades apresentadas pelos alunos, inclusive aquele que apresenta deficiência, ou seja, entende-se que o mesmo apresenta um conhecimento que é direcionado a esse fazer.

No entanto, nota-se que ideias, como as expressas pela profissional recém-contratada, são fruto da falta de conhecimento teórico e prático, e que a atuação de profissionais com ideias de exclusão, não seriam capazes de atuar positivamente no processo de ensino e aprendizagem desses alunos.

Portanto, a escola inclusiva é um espaço de direitos, onde seus profissionais realizam um trabalho motivador, acreditando na capacidade dos seus alunos, sejam eles deficientes ou não, e que acima de tudo, acreditam que a escola regular é importante para o desenvolvimento humano, cognitivo e social.

E para que todo esse trabalho aconteça de fato é necessária à participação de todos os profissionais e familiares, construindo um espaço de

trocas de experiências, debate e discussão sobre as diversas problemáticas que norteiam a educação inclusiva. É necessário também que a escola proporcione a todas as orientações e atividades com o objetivo de construir um espaço de conhecimento e sem preconceitos (SILVA, 2011).

4. Análise e discussão da entrevista

Para chegar aos resultados dessa pesquisa foi necessária à realização de entrevistas semiestruturada com a professora titular da sala, a gestora da escola e a mãe de Sofia. A entrevista foi estruturada em 5 perguntas realizadas com a professora e 4 perguntas destinadas a gestora, e mãe da aluna com NEE. A seguir, apresentaremos os dados da entrevista discutida, com base em referenciais teóricos.

Inicialmente questionamos a professora titular *como entende o processo de inclusão escolar*. A mesma afirmou:

— O que eu entendo por inclusão escolar, eu acho que um processo, pelo menos deveria ser um processo, totalmente natural sem muitas falas, sem tá explicando demais para os outros esse processo de inclusão. Porque aí torna muito exposto a questão da exclusão. Como você fala muito inclusão, você trás a exclusão juntos. Então eu acho que é um processo natural, acho que muito, mas que aprendizagem da criança com Necessidade Especial na sala de aula, os outros aprendi muito mais do que ela. Eles aprendem a lidar com o outro de modo geral (PROFESSORA, 2017).

Segundo o relato da professora, a inclusão escolar deveria ser um processo natural, mas que ainda permanece nos dias atuais como um processo que implica muitas discussões e acima de tudo exclusão. A professora titular destaca que quando se explica demais sobre o processo de inclusão, mais a escola se torna excludente por se colocar em evidência a questão.

Portanto, ao analisar o processo histórico sobre a inclusão no Brasil, percebemos que as pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência eram excluídas da sociedade e, sobretudo, nas escolas regulares. As próprias instituições destinadas as pessoas com deficiência também não davam conta de atender toda a população que apresenta algum tipo de deficiência, seja ela física ou intelectual acentuando ainda mais a exclusão. No que se refere aos dias atuais é inegável que as escolas continuam sendo produtoras da exclusão desses alunos. Assim, conforme Antunes (2016), embora a escola tenha sido criada como um espaço cultural, promovendo a construção do sujeito, a fim de minimizar as diferenças socioculturais, ela por outro lado acaba desenvolvendo práticas e valores que aos poucos acentuaram a separação entre os alunos que apresentavam alguma deficiência.

Essa exclusão no ambiente escolar acontece de diversas maneiras dentre elas podemos destacar: a resistência por parte de alguns professores na realização de um trabalho pedagógico que seja flexível, falta de capacitação e formação continuada dentro da realidade das escolas, participação da comunidade escolar (professores, alunos, pais, gestores) para a construção de projetos a fim de tornar a escola, mas inclusiva.

Nesse sentido a escola inclusiva para Mendonça (2013):

É uma modalidade de educação que desafia educadores, pais, alunos com deficiências e demais profissionais ligados à educação. Ela desafia a escola a ensinar a todos, adequando-se diante das necessidades de seu alunado, de forma que não só favoreça a permanência destes, mas colabora efetivamente para que a aprendizagem se efetive com qualidade, num ambiente escolar regular onde não há diferenças (MENDONÇA, 2013, p. 5).

Sendo assim a escola deve ser um lugar responsável pela construção do saber, tendo como foco a aprendizagem de cada aluno, independentemente de suas limitações ou deficiência. Portanto a escola inclusiva deve partir no compromisso de criar alternativas que possibilitem as práticas mais flexíveis, construindo deste modo um currículo adequado às necessidades específicas de seus alunos matriculados.

Conforme Mendonça (2013, p. 12) “A adaptação curricular deve compreender, além dos métodos, também os recursos e técnicas que podem ser utilizadas para melhorar as condições de aprendizagem de cada aluno”.

Portanto, para construir um espaço de Educação Inclusiva, é necessário que todos tomem a consciência que a escola regular é um espaço que engloba diversos sujeitos, com particularidades distintas e desta forma desconstruir um modelo escolar de ensino baseados nas práticas pedagógicas tradicionais e, sobretudo a segregação social.

Questionamos a professora titular sobre *qual a maior dificuldade encontrada por ela em sala de aula, ao se trabalhar com uma aluna que apresenta NEE?* Sobre a questão a professora respondeu:

— Eu particularmente não vejo nenhuma dificuldade, porque eu acho que ao longo de 20 anos de profissão, você vai aprendendo a lidar e você descobre que trabalhar com essas crianças e descobrir cada uma em particular, descobrindo como lidar com cada uma. A dificuldade que temos hoje é em relação à escola, em relação a secretária da educação. Porque como você

presenciou não manda os auxiliares, as pessoas para ajudarem e ai é preciso. No caso de Sofia, por exemplo, se não tiver uma pessoa para me ajudar eu vou ter que dá aula com ela no colo. E ai com ela no colo não é bom, ela não vai se sentir bem porque não é assim que as outras crianças são tratadas, e nem eu consigo lidar com as outras crianças direito. E nem elas vão ver Sofia como igual, porque tá no colo, então esse processo de inclusão deixa de ser um processo natural como falei na questão um (PROFESSORA, 2017).

Segundo o próprio relato da professora titular, a grande dificuldade encontrada por ela naquela escola é a lentidão por parte da Secretaria da Educação em mandar um auxiliar para ajudar nas atividades com aluna com necessidade educacional especial. Na falta desse profissional a aluna com Necessidade Educacional Especial não frequentava a sala de aula, impossibilitando o direito ao acesso e permanência naquela unidade escolar.

Nesse sentido, é indagável a importância que os órgãos públicos assumam de fato seu compromisso com a educação e desta forma, colocando nas escolas professores auxiliares para ajudar professores, e que a presença desse profissional possa contribuir de forma ativa na realização dos planejamentos e execução das atividades.

Além do comprometimento dos órgãos públicos disponibilizando professores auxiliares, é necessário que o professor para melhor atender as particularidades de seu aluno, possa também realizar uma formação acadêmica e continuada, como forma de melhor compreender as dificuldades de um aluno com deficiência, e, sobretudo os alunos que apresentam deficiência intelectual em decorrência de microcefalia, como é a suspeita do caso da aluna Sofia.

De acordo com Silva (2004),

A formação de professores do ensino regular precisa ser retomada e com vistas a atender aos princípios inclusivos. Para torná-los capazes de desenvolver uma educação inclusiva, o curso de formação de professores de ensino regular tem de estar inteiramente voltado para práticas que acompanhem a evolução das ciências da educação e que não excluam nenhum aluno (SILVA, 2004, p. 38).

Sendo assim, embora a professora relate não ter dificuldades em trabalhar com alunos que apresentam algum tipo de deficiência, é claro que essa não é uma realidade vista na maioria das escolas. O que podemos constatar com

base nos referenciais teóricos é a grande dificuldade da escola e seus profissionais em construir de fato um espaço de inclusão, atendendo as dificuldades de seus alunos. Para melhor atender essas dificuldades impostas pelas várias deficiências, Silva (2011, p. 18) destaca a necessidade de que o: “[...] profissional se sinta seguro, com domínios de estratégias para solucionar conflitos, criatividade para fazer adaptações da metodologia e assim fazer da sala de aula um espaço de desenvolvimento”.

Além de todos esses desafios, algumas escolas não disponibilizam de ambientes favoráveis à inclusão, as salas de aulas na grande maioria são superlotadas, materiais pedagógicos em escassos dificultando o trabalho do professor (SILVA, 2011).

Por fim, é importante que o professor possa não se sentir afligido diante das dificuldades imposta pela escola e pelos próprios alunos. Reconhecer que as diversas limitações constituem como uma etapa a ser encarada, e para desenvolver suas capacidades o professor deve conhecer seus alunos, compreendendo suas particularidades respeitando suas aptidões e interesse de acordo com seu ritmo de aprendizagem.

Questionamos ainda a professora sobre *quais recursos (cognitivos, didáticos e pedagógicos) a mobilizam como docente para lidar com a aluna que apresenta NEE*. A resposta da professora foi a seguinte:

— Não deu ainda! Não deu para fazer nada porque Sofia só foi aos dias que você foi e foi comigo 3 dias e teve de ficar no meu colo. Eu não conseguir da conta das crianças e muito menos dela. Os dias que ela estava com você, eu ainda estava descobrindo ela. Como eu falei que cada criança precisa ser descoberta. E o que descobri foi o momento da roda que ela gostava e estava junto. Onde fazemos aquela interação e o pote de massinha de modelar que eu comprei para ela. Porque no dia que ela foi eu vi que ela se concentrava. E a primeira coisa que a gente precisava era ter um momento no qual ela se concentrasse na sala, aprendesse a se concentrar. Foi somente o que deu, no restante eu precisava de mais dias para ir aprendendo com ela (PROFESSORA, 2017).

Como podemos analisar na fala da professora titular, a ausência da aluna foi um dos motivos na qual a professora não conseguiu identificar os recursos que seriam mobilizadores para trabalhar com a aluna Sofia. Mas vale ressaltar que durante o período de 30 dias que permanecemos naquele ambiente escolar como auxiliar de sala, a professora não executou qualquer tipo de atividade que

pudesse atender as necessidades da aluna Sofia. Portanto, embora a criança não frequentasse as aulas a professora poderia ter planejado algum tipo de atividade para realizar nos dias em que ela estava presente.

Nesse sentido, uma boa prática docente na perspectiva de uma educação inclusiva parte da necessidade da construção de um planejamento flexível, utilizando de diversos recursos cognitivo, didáticos e pedagógicos. Assim, de acordo com Silva (2014, p. 26)

O conhecimento do professor pode ser visto como um conjunto de saberes teóricos e experienciais, os quais não podem ser reduzidos a um somatório de técnicas e conceitos. Esse conhecimento possibilita ao professor reger as informações que ele possui por meio de diferentes estratégias, as quais vão se adequando as propostas educacionais (SILVA, 2014, p. 26).

Nessa perspectiva, é preciso que o professor possa ser um sujeito crítico, superando os métodos tradicionais de ensino, capaz de construir um espaço favorável para a construção do saber. Partindo dessa ideia o professor deve reconhecer seus alunos, compreendendo que cada um tem particularidades distintas, desta forma o planejamento deve ser construído diversificado, pois cada aluno constrói seus conhecimentos de formas diferentes, pois apresenta diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Mas valem ressaltar que as atividades embora sejam construídas de formas diferentes os conteúdos devem ser considerados nos mesmos contextos da turma. Desse modo, compreendemos que a prática docente inclusiva consiste em reconhecer o aluno com Necessidade Educacional Especial, como sujeito ativo garantindo o direito a igualdade e oportunidades de aprendizagem.

Sobre o processo de formação na área da Educação Especial, questionamos a professora titular se a mesma: *Já participou de alguma formação na área da Educação Especial? Cursos, oficinas, especialização.* A resposta da professora foi a seguinte:

— Sim, já participei de vários cursos de inclusão e o curso de psicopedagogia me ajudou bastante em entender esse mundo, mas principalmente eu fiz um curso em Portugal que durou 6 meses sobre educação especial que me fez ter uma visão bem diferente. Porque lá em Portugal não se fala, mas em inclusão, que é aquilo que falei na questão um. Quando você fala muito de inclusão você traz a ideia de exclusão junto. Aí eu pude conhecer um pouquinho de como se faz nas escolas lá, pelo estágio. E é muito diferenciado do Brasil e me trouxe uma concepção um

pouco diferente (PROFESSORA, 2017).

Como foi colocada pela professora, a formação continuada para ela foi muito relevante para a construção de uma visão diferenciada sobre a prática docente na educação especial. Sendo assim, a formação continuada vem sendo uma temática discutida com o objetivo de preparar o professor para que tenha condições de atender e garantir aos alunos com deficiência uma prática educativa de qualidade. Outro aspecto em destaque é a qualificação profissional da professora que atua na rede pública de ensino, mas que realizou curso de formação fora do país.

Assim de acordo com Bridi (2011) dentre as mudanças ocorridas ao longo da história da educação inclusiva, sobre a perspectiva de uma formação continuada para os professores, podemos destacar a participação dos organismos internacionais que influenciou as políticas públicas na organização das práticas pedagógicas voltados para os alunos com deficiência. Dentre os documentos internacionais podemos destacar: a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção de Guatemala (2001).

Em âmbito Nacional podemos citar a Constituição Federal de 1988 e a aprovação da LDB (BRASIL, 1996) em seu art. 59, inciso III, que trata da importância dos “[...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Ainda de acordo com a Resolução CNE nº 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica, apresentam uma distinção entre os professores capacitados e os professores especializados para trabalharem com os alunos com Necessidade Educacional Especial.

Os professores capacitados consistem os docentes que atuam em turmas comuns que comprova na sua formação de nível médio ou superior, disciplinas no campo da educação especial. Os professores especializados são aqueles formados nos cursos de licenciaturas em educação especial ou pedagogia com habilitação em educação especial como também cursos complementares de estudos em pós-graduação (BRIDI, 2011).

Através da Resolução CNE/CP nº. 1 de 18 de fevereiro de 2002, garantiu

à formação de professores da educação básica, em nível superior a introdução de disciplinas obrigatórias no campo da Educação Especial. Essas disciplinas aparecem na grade curricular como “Introdução a Educação Especial” ou “Fundamentos da Educação Especial” contemplando aspectos históricos, conceitos e, sobretudo a construção de uma prática educacional na perspectiva inclusiva (BRIDI, 2011).

Portanto, o desafio da formação inicial e continuada está em constituir uma nova forma de se pensar uma escola que seja capaz de atender às necessidades educacionais especiais e superar o ciclo da exclusão e do fracasso escolar. Para isso a formação continuada consiste em realizar um papel primordial na formação desses professores, auxiliando sua prática no ambiente escolar numa perspectiva inclusiva, compreendendo que todos os alunos podem aprender na coletividade.

Para finalizar a entrevista com a professora titular, questionamos *qual o papel da família no processo de aprendizagem e desenvolvimento escolar desta aluna que apresenta NEE*. A professora respondeu da seguinte forma:

– O papel da família, é claro tem que ter todos os cuidados da família em casa. Mas para aprendizagem da criança, eu acho que o papel da família é unicamente levar a criança para a escola. Porque se ela vai para a escola, ela se desenvolve mesmo que a família não estimule em casa. Aí eu estou falando de estímulo com relação aprendizagem. Não estou falando de maus tratos essas coisas que a gente sabe que pode haver. Estou falando de desenvolvimento de aprendizagem o desenvolvimento social na escola com as outras crianças, nesse sentido o papel dos pais é levar para a escola mesmo que não estimule em casa. A escola consegue cumprir seu papel se o professor sabe o que está fazendo. Obviamente! (PROFESSORA, 2017).

Segundo o relato da professora a atuação da família no processo de aprendizagem do aluno com NEE se implica somente em levar a criança ao ambiente escolar desconsiderando a participação da família como uma parceria que contribui de forma significativa no processo de aprendizagem desse aluno. Em conformidade com Souza (2012, p. 5) “A família e a escola são parceiros fundamentais no desenvolvimento de ações que favoreceram o sucesso escolar e social das crianças, formando uma equipe”.

Nesse sentido, é claro que a família exerce na escola uma função ativa e de suporte para os professores oferecendo um trabalho de envolvimento e

cumplicidade. Essa participação, conforme destaca Souza (2012), pode acontecer de diversas maneiras: se mostrar participativo nas tarefas e trabalhos escolares, estabelecer horários de estudos, verificar o comprometimento das atividades, se fazer presentes nas reuniões escolares, mostrando interesse nos planejamentos e debates que existe no ambiente escolar.

Portanto, para uma relação entre família e escola, é necessário que a escola reconheça o papel fundamental da comunidade, inclusive da família, construindo desta forma um espaço de socialização.

Objetivando conhecer sobre aspectos relacionados a aluna Sofia e o seu processo de escolarização, realizamos entrevista com mãe da aluna com NEE. A primeira questão foi: *A senhora teve alguma dificuldade em matricular a Sofia na escola?*

— Não! Graças a Deus a primeira vez que vim que eu tentei a matrícula no mesmo momento ela foi matriculada. Mesmo não havendo o professor auxiliar para ela. (MÃE, 2017).

Conforme o relato da mãe, mesmo a escola sabendo das dificuldades de Sofia impostas por uma possível microcefalia, ainda sem laudo médico, a escola se mostrou receptível a matrícula da aluna na escola. Portanto, conforme a Constituição Federal de 1988, a escola é um direito de todos e dever do Estado promovendo desta forma igualdade e condições ao acesso e permanência.

Segundo Ferreira (2011, p. 19) “A educação é um direito humano, fundamental e indisponível que deve beneficiar todas as pessoas mesmo que estas tenham algum tipo de deficiência sem que seja discriminada pela sociedade em que está inserida”.

Portanto, a escola deve ser um espaço acolhedor, seguro, colaborativo e estimulante, na qual todos os envolvidos (alunos, escola e família) possam juntos construir um ambiente de respeito, valorizando as diferenças sociais e culturais.

Ainda sobre o processo de escolarização de Sofia questionamos se a aluna *já teve experiência com outras escolas ou instituições especializadas, como: CRI ou APAE?*

— Não escola é a primeira vez que ela frequenta. Agora no CRI a gente foi e ela fez somente alguns exames para ver sobre algum probleminha dela (MÃE, 2017).

Conforme o relato da mãe, Sofia aos oito anos de idade nunca havia frequentado um ambiente escolar regular, apenas tinha ido a uma instituição especializada para realizar exames. Nesse sentido, no decorrer de nossas observações na sala regular, percebemos que muitas das dificuldades e limitações apresentadas por Sofia era em decorrência da falta de outras experiências de estimulação essencial ou não convivência escolar que possibilitasse o desenvolvimento de suas capacidades motora e intelectual.

De acordo com Soave (2010, p. 14), “A criança que nasce com algum tipo de deficiência precisa ser estimulada. Devem ser observadas suas necessidades, seu desenvolvimento global diante das atividades propostas”.

Desta maneira torna-se claro a importância da estimulação essencial para possibilitar o desenvolvimento infantil dentro das possibilidades da criança. A escola também é compreendida como um espaço de estimulação que possibilite a criança um bom desenvolvimento e para isso é relevante que a escola considere a diversidade social e cultural de cada criança.

Portanto para o desenvolvimento da criança com deficiência é necessário que a estimulação essencial ocorra desde cedo, iniciando na gestação, período este onde a mãe pode buscar conhecimento médico sobre a deficiência de seu filho, posteriormente após seu nascimento, com a estimulação precoce que contribui de forma significativa no desenvolvimento das capacidades motoras e intelectuais que refletirão de forma positiva no ambiente escolar. Assim conforme afirmam Peruzzolo e Costa (2015, p. 4) “[...] uma criança bem estimulada aproveitará sua capacidade de aprendizagem e de adaptação ao seu meio, de uma forma mais simples, rápida e intensa”.

Em relação a como a mãe entende *sua participação ou atuação na escola que sua filha estuda*, afirma:

— Eu acho tanto a minha participação como a da escola é fundamental, até para ela pode interagir com outras crianças. Até o poder do falar mesmo, como ela é uma criança especial que não fala então eu acho que ela interagindo com as outras crianças, vendo elas tanto falar como correr. Ela pode criar o hábito dela também (MÃE, 2017).

Podemos analisar na resposta da mãe, que ela tem consciência que a participação dela no ambiente escolar é importante, além de sua participação ela acredita que a escola e o contato com as outras crianças também contribuem de

forma positiva no desenvolvimento de sua filha Sofia. Assim conforme Silva e Galuch (2009) é necessário que os alunos com Necessidades Educacionais Especiais interajam significativamente com os demais alunos, esse contato direto com a diversidade promove o desenvolvimento de todos os alunos envolvidos.

Nesse sentido percebemos que a importância da participação da família no ambiente escolar tem vindo a evoluir ao longo dos anos. Conforme a evolução história, percebemos que a atuação da família era meramente passiva, e hoje observa-se que essa participação passou a ser ativa, onde os pais passam a se envolver nas decisões e ações que acontecem no ambiente escolar, estabelecendo desta forma uma relação de confiança mútua e recíproca (FERREIRA, 2011).

Em relação ao atendimento recebido pela sua filha Sofia na Sala de Recurso Multifuncional questionamos: *Como à senhora entende o papel ou atuação da sala de recursos multifuncionais no processo de escolarização de sua filha?*

— É um papel muito importante, que eu acho que ela poderia se desenvolver mais. Apesar de que são somente duas vezes na semana. Então eu acharia melhor se tivesse 3, 4 vezes na semana. Porque é muito importante não só para minha filha, mas para todas as crianças que necessita desse trabalho (MÃE, 2017).

Conforme a mãe respondeu, a sala de recursos multifuncionais é um espaço de aprendizado importante para sua filha como também para as outras crianças que necessitam desse trabalho. A sala de recursos multifuncionais tem o compromisso de realizar um trabalho pedagógico que visa contribuir de forma significativa na estimulação e no desenvolvimento das capacidades de cada aluno com necessidade educacional especial.

A sala de recursos multifuncionais, diferente da sala regular, possui um trabalho diferenciado tendo como principal objetivo propiciar condições para desenvolver habilidades cognitivas importantes para independência e autonomia do aluno com NEE.

Nesse sentido, para a realização do atendimento educacional especializado, nas escolas regulares foi necessário o estabelecimento de algumas políticas públicas, em destaque a Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007, que dispõe no Programa de Implantação das Salas de Recursos

Multifuncional (OLIVEIRA, 2016).

O atendimento de acordo com o programa acontece no contraturno, e o público-alvo são os alunos da educação especial. A sala de recursos constitui em uma prática pedagógica conduzida por um professor especializado que de acordo com as Diretrizes Nacionais de Educação Especial para a Educação Básica, o espaço deve estar organizado com equipamentos e recursos pedagógicos adequados as necessidades de cada aluno.

A escola inclusiva deve estabelecer condições necessárias para a implementação das salas de recursos multifuncionais, tendo em vista que é um elemento importante que contribui de forma significativo na socialização e aprendizagem da criança com necessidade educacional especial.

Após entrevistarmos a professora titular e a mãe de Sofia ainda sentimos a necessidade de obter informações que teríamos acesso apenas entrevistando algum representante da gestão escolar, assim entrevistamos a gestora da escola.

A primeira questão direcionada a gestora foi: *A escola disponibiliza de recursos pedagógicos que auxiliam a prática pedagógica inclusiva com aluna Sofia?*

— Sim!! Na sala de recursos disponibilizando vários jogos que auxiliam a prática do professor com a criança com necessidade especial (GESTORA, 2017).

Como podemos identificar, segundo a gestora a escola disponibiliza de recursos pedagógicos que auxiliam a prática docente com os alunos com necessidade educacional especial, mas que estes estão no espaço da sala de recurso multifuncional. Segundo relato da professora da sala de recursos, obtido durante o período em que estávamos como auxiliar de sala, os materiais existentes são limitados apenas para o atendimento educacional especializado, considerando uma prática não inclusiva já que os ricos materiais não são acessíveis aos demais professores.

De conformidade com Silva (2010, p. 18) os recursos pedagógicos definiram-se “[...] como um material concreto que se adapta às condições motoras do aluno dentro de um objetivo pedagógico, possibilitando a sua manipulação e a realização da atividade”.

Nessa perspectiva, para que a escola de fato se torne um espaço

inclusivo é necessário que todos os recursos pedagógicos possam ser adaptados e utilizados por todos os professores, com o objetivo de proporcionar o conhecimento e a interação deste aluno com NEE com todos da sala. Mas para que essa prática aconteça com sucesso é necessário que os professores tenham condições de utilizar esses materiais para realizar um trabalho pedagógico que possibilite ao aluno com NEE um melhor aprendizado.

Em relação ao processo de formação continuada questionamos: *A escola promove processos de formação continuada - cursos, oficinas, rodas de conversas sobre a temática da Educação Inclusiva?*

– Sim, sim [...] esse ano já fizemos duas atividades, dois encontros e tem outro previsto para trabalhar justamente a conscientização dos professores desse trabalho. (GESTORA, 2017).

Como podemos analisar a gestora afirma que a escola promove formação continuada atividades e encontros com o objetivo de discutir assuntos ligados à educação inclusiva. Nesse sentido, se torna claro que uma das funções da escola é oferecer condições necessárias para a formação continuada dos professores. Essa formação deve ser vista pela escola como um processo permanente de desenvolvimento profissional, com o objetivo de ampliar habilidades para o trabalho inclusivo, atendendo as necessidades de aprendizagem de qualquer aluno (SILVA, 2009).

Sobre como a *temática Educação Inclusiva* é discutida na escola entre os professores no momento do planejamento, corredores e intervalos, a Gestora (2017) afirmou que:

– Sim! Até em grupo de *Whatsapp* eles discutem. Ou seja, é uma coisa que começa em uma discussão que acontece muitas vezes pelos grupos de internet, mas eu acredito que de certa forma ela é produtiva. (GESTORA, 2017).

Conforme a fala da gestora a escola discute assuntos ligados à educação inclusiva, utilizando da internet como uma ferramenta de discussão considerada por ela algo válido e produtivo. Observa-se que a temática é bastante discutida. Nesse contexto, a escola é um espaço sociocultural e diversificado, onde as dificuldades e limitações dos alunos devem ser vistas como um processo a ser desenvolvido, e para alcançar tal objetivo é importante que a escola possa ser um

espaço aberto à comunicação, promovendo sempre discussões que estimule seus profissionais a garantir uma educação de qualidade a todos os alunos (SILVA, 2009).

Para finalizar questionamos sobre *qual o papel da família no processo de escolarização do filho que apresenta NEE, especialmente no caso de Sofia*.

– Eu acredito de estar junto da escola, dando apoio necessário naquilo que a escola precisar e assim... Fazer um acompanhamento devido com outros profissionais da saúde para trazer corretamente as devidas informações sobre as deficiências da criança, para que assim a escola possa realmente auxiliar. Porque às vezes se torna difícil, porque a própria família não quer aceitar em algumas situações. Não procura um laudo da criança isso dificulta nosso trabalho (GESTORA, 2017).

Como foi relatada pela gestora da escola, ela acredita que a participação da família é fundamental para o processo de escolarização da criança com NEE. Nesse sentido, cabe a família fornecer inclusive o laudo médico para comprovação de suas necessidades especiais e desta forma facilitar o trabalho pedagógico dos devidos professores. Além das informações detalhadas sobre a criança a escola deve acolher essa família realizando um trabalho de parceria e respeito.

De acordo com Lourenço (2014, p. 4) “A escola e a família são contextos importantes no desenvolvimento do educando, assumindo os mesmos um papel de complementaridade/ parceria fundamental para um desenvolvimento integral e harmonioso do aluno”.

Por fim, destacamos que é relevante que a escola inclusiva seja um espaço de aprendizado estando preparados para atender as necessidades educacionais de seus alunos, compreendendo que o aluno com necessidades educacionais especiais é capaz de aprender e se desenvolver. E para que a escola possa realizar um trabalho de competência deve compreender que a família também faz parte dessa unidade escolar.

Considerações finais

Conforme os estudos teóricos sobre a educação inclusiva no Brasil, podemos constatar que a inclusão consiste no processo histórico de reconhecimento do aluno com necessidade educacional especial, em seu direito a escolarização em uma rede regular de ensino, garantindo desta maneira a igualdade de deveres e direitos, diminuindo diferenças e contribuindo para a eliminação de preconceitos. Desta maneira, se torna claro que o presente estudo surge a partir de uma caminhada de investigação e de diálogo com diversos autores, onde constatamos que o processo histórico da educação inclusiva no Brasil trata-se de uma tarefa muito desafiadora onde suas discussões sobre o tema repassam inúmeras preocupações, possibilidades e desafios. Nesse sentido, se torna claro que o trabalho não aponta para o encerramento, mas sim para a possibilidade de novos questionamentos.

Conforme os dados obtidos nesta pesquisa foram possíveis estabelecer um diagnóstico sobre o que revela saber a escola e seus profissionais sobre a inclusão. Com base nesses dados, os resultados mostram que a escola e seus profissionais ainda enxergam a inclusão como um processo que trás inúmeras discussões que evidência ainda, mas a exclusão escolar. De fato na literatura encontramos autores que apontam que a escola por ser um espaço social e cultural bem distinto continua reproduzindo praticas e valores que acentua ainda, mas a exclusão. Neste sentido se torna claro que a escola pesquisada, necessita reconstruir seus conceitos sobre a inclusão escolar.

Ainda com base nos dados construídos, a pesquisa mostrou que os docentes não utilizavam de recursos cognitivos, didáticos e pedagógicos, para lidar com a aluna com necessidade educacional especial. Os resultados obtidos foram analisados com base nas observações e entrevistas, onde permitiu constatar que embora a professora utilizasse de diversas ferramentas pedagógicas para a realização das atividades, o planejamento não se moldava as necessidades da aluna, deixando-a a margem do processo educacional, levando-nos a interpretar que as possibilidades de aprendizagem não eram possíveis para essa aluna.

No que diz respeito os desafios que a escola e seus profissionais enfrentam em sala de aula no processo de ensino e aprendizado de uma aluna com necessidade especial, em decorrência de uma possível microcefalia,

constatamos que o resultado da pesquisa mostrou que de fato a escola e seus profissionais vivenciam diariamente vários desafios. Desafios esses que de acordo com os resultados da observação, inicia com a falta de um diagnóstico médico, que possibilite a escola ter maior clareza sobre a situação da aluna. Embora o diagnóstico não oriente ou determine ações pedagógicas, percebemos que a professora regente apresentava dificuldades em compreender as necessidades e particularidades de Sofia, ocasionando desta forma muitas inquietudes e questionamentos por parte dos professores, já que esses profissionais sem o conhecimento teórico relacionado às necessidades educacionais da aluna se sentiam despreparados para realização de atividades pedagógicas que possibilitassem o desenvolvimento da capacidade intelectual e motora da aluna.

Além desses desafios de característica pedagógica, identificamos que a professora titular e a auxiliar de sala (que naquele momento era a pesquisadora) vivenciavam situações que fugia da formação docente. Dentre elas a realização de procedimentos da área da saúde, já que aluna com NEE necessitava de uma alimentação especial, por meio de uma sonda gástrica. Chegando a conclusão que os professores não possuíam capacitação e formação para exercer a função de um técnico de enfermagem. Nesse caso se torna evidente que para que ocorra de fato a pratica inclusiva naquela instituição é necessária que a Secretaria da Educação também proporcione à escola a contratação de outros profissionais realizando desta maneira um trabalho de parceria.

A partir das questões levantadas neste estudo várias outras investigações se justificam como forma de complementação ou aprofundamento do tema. Dentre esses questionamentos podemos constatar durante a realização da pesquisa que o grande desafio da escola e seus profissionais hoje é lidar com a falta do conhecimento teórico e prático sobre as inúmeras dificuldades que uma criança com microcefalia pode apresentar em seu contexto escolar. A falta do conhecimento literário sobre os aspectos pedagógicos impossibilita a realização de um trabalho satisfatório realizados pela escola e pelos próprios professores. Nesse aspecto, se torna evidente a importância da continuidade de estudo sobre os aspectos pedagógicos que poderia envolver os docentes no processo de aprendizagem de um aluno diagnosticado com microcefalia.

Por fim, compreendemos que essa pesquisa foi fundamental, para

compreendemos sobre as diversas particularidades e dificuldades enfrentadas no dia a dia de uma escola regular, com uma aluna com necessidade educacional especial. Esse contato direto com o objetivo de estudo se torna relevante para a formação docente, permitindo que o pesquisador tenha uma maior reflexão sobre o estudo teórico e prático.

Referências

ANÇÃO, Carla di Benedetto. **Educação inclusiva**: análise de textos e contextos. 2008. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Londrina, Londrina, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2008/2008%20-%20ANCAO,%20Carla%20di%20Benedetto.pdf>. Acesso em: 8 maio 2017.

ANTUNES, Katiúscia Cristina Vargas. Exclusão e inclusão: dois lados da mesma moeda. **Faces de Clio**, Juiz de Fora, v. 2, n. 3, p. 54-78, jan/jun. 2016. Disponível em: <http://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/3.Artigo-D2.Katiuscia.pdf> Acesso em: 23 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 27 maio 2017.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação. Brasília. 1996.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

_____. **Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a criação do "Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais". Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/multifuncional.pdf>. Acesso em: 28 maio 2017.

BRIDI, Fabiane Romano de Souza. Formação continuada em educação especial: o atendimento educacional especializado. **Poiésis**, Tubarão, v. 4, n. 7, p. 187-199, jan./jun. 2011.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. O direito à diferença na igualdade de direitos. In: MANTOAN, Maria Teresa (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4. ed. Petrópolis : Vozes, 2011, p. 17-27.

FERREIRA, Dina Carla Viveiros. **A Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular**. 2011. 187f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Lisboa.

Disponível em:
<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1477/tese%20de%20mestrado.pdf?sequence=1>. Acesso em: 3 jun. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SOUZA, Aline Corrêa. Aspectos teóricos e conceituais. Métodos de pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 11-29.

GESTORA DA ESCOLA. **Entrevista**. Natal (RN), 11 maio 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GORGATTI, Márcia Greguol. **Educação Física escolar e inclusão: uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescente com deficiência visual e das atitudes dos professores**. 2005. 172f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/39/39132/tde-18042007-135446/pt-br.php> Acesso em: 30 abr. 2017.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. **Sociologia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOURENÇO, Maria Isabel Santos. **A ponte entre família/escola – mais-valia no sucesso das aprendizagens dos alunos com Necessidades Educativas Especiais**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade de Educação Especial: Domínio Cognitivo e Motor) - Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, 2014.

MÃE. **Entrevista**. Natal (RN), 11 maio 2017.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 65, n. 150, p. 407-425, maio/ago. 1984.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. As diferenças na escola: ensino básico e superior. In: MANTOAN, Maria Teresa (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 57- 67.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve Histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, Medellín, v. 22, n. 57, p. 93-109, mayo/ago. 2010.

MENDONÇA Ana Abadia dos Santos. Escola Inclusiva: Barreiras e Desafios. **Revista Encontro de Pesquisa e Educação**, Uberaba, v. 1, n. 1, p. 4-16, 2013. Disponível em: revistas.uniube.br/index.php/anais/article/download/801/919. Acesso em: 23 maio 2017.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 7-jan./dez. 2008, p. 29-43. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880/1564>. Acesso em: 8 maio 2017.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. História, deficiência e educação especial. **Revista HISTEDBR**, Campinas, v. 15, p. 1-7, 2004. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf. Acesso em: 19 maio 2017.

OLIVEIRA, C. C. B. **Sala de Recursos Multifuncionais**: um estudo de caso. 2016. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/136271/oliveira_ccb_me_mar.pdf?sequence=3. Acesso em: 1 jun. 2017.

PERUZZOLO, Sandra Regina; COSTA, Gisele Maria Tonin da. Estimulação precoce: contribuição na aprendizagem e no desenvolvimento de crianças com deficiência intelectual (di). **Revista de educação do Ideau**, Caxias do Sul, v. 10, n. 21, p. 1-12, jan/ jul. 2015.

PROFESSORA. **Entrevista**. Natal (RN), 11 maio 2017.

RAIÇA, Darcy. **10 questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental**. São Paulo: Avercamp, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cotez, 2007.

SILVA, Márcia Aparecida Marussi, GALUCH, Maria Terezinha Berllanda. Interação entre crianças com e sem necessidades educacionais especiais: possibilidades de desenvolvimento. CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 5., 2009, Londrina. **Anais...**

Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/213.pdf>. Acesso em: 24 abril 2017.

SILVA, Margaret do Rosário. **Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva**. 2011. 55f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão) – Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2487/1/2011_MargaretRosarioSilva.pdf. Acesso em: 4 maio 2017.

SILVA, Vani Maria. **A atuação do professor com alunos especiais incluídos no ensino fundamental**. 2004. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Uberaba, Uberaba, 2004. Disponível em: <http://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000209241.pdf>. Acesso em: 24 maio 2017.

SILVA, Adarita Souza. **Os saberes docentes para a prática pedagógica de alunos com necessidades educativas especiais na escola regular**. 2014. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014. Disponível em: <http://www2.uefs.br/ppge/dissertacao/dissertacao-silva-2014.pdf>. Acesso em: 24 maio 2017.

SILVA, Michele Oliveira da. **Protocolo para prescrição ou adaptação de recursos pedagógicos para alunos com paralisia cerebral**. 2009. 195f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

SILVIA, Lidia Martins da. **Educação inclusiva e formação de professor**. 2009. 90f. Monografia (Especialização em Educação Profissional Tecnológica Inclusiva) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional Tecnológica Inclusiva, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 2009. Disponível em: http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010069353641lidia_monografia.pdf. Acesso em: 12 jun. 2017.

SOAVE, Kauana. **A equipe multidisciplinar no apoio à educação da criança com síndrome de down**. 2010. 40f. Monografia (Trabalho de Conclusão de

Curso) – Curso de Pedagogia, Faculdade Cenecista De Capivari, São Paulo.

SOUZA, Jacqueline Pereira de. **A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança**. 2012. 20f. Artigo (Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional) - Universidade Estadual Vale do Acaraú, Fortaleza. Disponível em: http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/pdf/entreteses/guia_biblio.pdf. Acesso em: 30 maio 2017.

VASCONCELLOS, Suziane de Santana; MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães. A Inclusão e a Exclusão escolar de alunos e alunas do ensino fundamental pela interação entre professor e aluno. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 9., 2009, Porta Alegre. **Anais...** Porta Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2867_1120.pdf. Acesso em 28 de abril de 2017.

Apêndices

Roteiro da Entrevista realizada com a professora.

- 1-Como você entende o processo de inclusão escolar?
- 2-Qual a maior dificuldade encontrada por você professora em sala de aula, ao se trabalhar com uma aluna que apresenta NEE?
- 3- quais recursos (cognitivos, didáticos e pedagógicos) mobilizam você como docente para lidar com esta aluna que apresenta NEE ?
- 4- Já participou de alguma formação na área da Educação Especial? Cursos, oficinas, especialização.
- 5-Em sua opinião, qual o papel da família no processo de aprendizagem e desenvolvimento escolar desta aluna que apresenta NEE?

Roteiro da Entrevista realizada com a mãe

- 1-A senhora teve alguma dificuldade em matricular a Sofia na escola?
- 2-Sofia já teve experiência com outras escolas ou instituições especializadas, como: CRIA ou APAE.
- 3- Como à senhora entende sua participação ou atuação na escola que sua filha estuda?
- 4- Como à senhora entende o papel ou atuação da sala de recursos multifuncionais no processo de escolarização de sua filha?

Roteiro da Entrevista realizada com a Gestora da Escola

- 1- A escola disponibiliza de recursos pedagógicos que auxiliam a prática pedagógica inclusiva com aluna Sofia?
- 2- A escola promove processos de formação continuada- cursos, oficinas, rodas de conversas sobre a temática da Educação Inclusiva.
- 3- A temática Educação Inclusiva e discutida na escola entre os professores no momento do planejamento, corredores e intervalos.
- 4- Qual o papel da família no processo de escolarização do filho que apresenta NEE, especialmente no caso de Sofia?